

PROBLEMAS DO EXÉRCITO

(ALGUMAS REFLEXÕES)

Ten-Cel Art WALTER DOS SANTOS MEYER

Oficial de Estado-Maior.

1. Qualquer organização, qualquer que seja a fase de sua existência, desde o nascimento até a morte, tem sempre problemas a enfrentar e resolver, de maior ou menor importância. Porém, quando essa organização deve perdurar perenemente, como acontece a uma instituição do Estado — no caso o Exército — parte das Forças Armadas, os problemas são cotidianos e alguns de somenos importância, enquanto outros de importância capital.

Como toda instituição político-social e ainda mais governamental, sofre o Exército a contínua influência das mutações do meio social e político, não só interno como externo, e apesar de toda a tendência conservadora das instituições oficiais seculares, faz-se mister verificar a necessidade de adaptação às novas idéias e condições do mundo político e social, hoje tão instável e mutável, às vezes demasiadamente célere.

Já não falemos da evolução imposta pelo fabuloso e tremendo impacto da ciência e da técnica na arte militar. Talvez em nenhuma outra época anterior hajam as novas armas e as novas descobertas científicas acarretado tão estonteantes alterações na organização militar, desde os mais baixos escalões — para já não nos referirmos ao equipamento individual do soldado isolado — até mesmo a todo o conjunto dos diferentes exércitos hodiernos.

Não pretendemos, neste suelto, dedicar nossa atenção principal ao problema da reorganização do Exército, assunto a que o Estado-Maior já vem há muito considerando e que, em breve, esperamos ver concretizado, colocando-nos mais próximo da realidade deste segundo meio século XX. No entanto, não queremos passar sem dizer que é anseio de todos verem nossas unidades de todas as armas e serviços organizadas semelhantemente às dos exércitos mais adiantados, terminando-se de uma vez e definitivamente uma organização já ultrapassada para não dizer arcaica, que luta frontalmente com a doutrina vigente e ensinada nas nossas escolas de todos os níveis. Ansiamos todos por uma organização atualizada para a Infantaria, à base de grupamentos cujos efetivos sejam completos e não a continuação de obsoletos regimentos de incompletos efetivos e que na realidade não passam de dois batalhões. Todos sabemos que não serão necessários

passes de mágica para essa transformação e que as despesas não serão astronômicas. Igualmente para a Artilharia, toda organizada em unidades táticas da arma — Grupos — e não desde o tempo de paz em regimentos, verdadeiros agrupamentos extemporâneos e injustificáveis. E assim para as demais Armas e Serviços. E não se deverá ter receio de extinguir unidades obsoletas e que não mais se justificam nos dias que correm.

Só então se poderá buscar nessas Armas e Serviços e em suas unidades uma eficiência condizente com o atual estágio da arte da guerra.

Fator importante nessa reorganização será o reconhecimento de que terminou a fase de pioneirismo das fábricas militares. A etapa a que chegaram as indústrias nacionais já é de tal modo elevada que parece se torna mais eficiente e mais racional basear a produção das necessidades do Exército em encomendas à indústria civil do que continuar numa produção em fábricas próprias onde, entre muitos, um dos percalços fundamentais é a renovação da mão-de-obra especializada, a par de ser essa mão-de-obra empregada pública.

O material e instalações das fábricas militares poderá ser utilizado para equipamento de arsenais nas áreas dos quatro exércitos atualmente existentes e para instalações de planejamento e construção de protótipos. Sem dúvida deverão ser mantidas aquelas tão especializadas que ainda não entraram nas cogitações da indústria particular e as que, por sua natureza, sejam economicamente desinteressantes.

Um dos pontos fundamentais, numa reorganização do Exército, a nosso ver, seria a busca de uma solução para o paradoxo que atualmente se nos defronta. Desde a guerra de 39-45 que nos voltamos para a doutrina militar americana. Para os Estados Unidos têm seguido grande número de oficiais para se aperfeiçoarem em suas escolas. Nossas escolas a ensinam quase que integralmente, chegando mesmo ao ponto de se ministrar o emprêgo de unidades que na realidade não possuímos. Entretanto, a doutrina militar americana, dentro do espírito prático de que são dotados os americanos do norte, foi feita para funcionar igualmente em tempo de paz como em tempo de guerra e aqui só a estudamos para o caso de tempo de guerra ou, no máximo, quando se realizam manobras. Só o uso cotidiano dará a segurança de emprêgo e o seu pleno conhecimento.

Sem dúvida a atual dispersão de nossas unidades por todos os rincões do Brasil atende à Segurança contra o emprêgo de armas atômicas e vem facilitar a reorganização das unidades. Far-se-ão necessárias, talvez, novas instalações. Sabemos, pela prática, que qualquer cidade de qualquer estado do país sentir-se-á orgulhosa e feliz em ter uma unidade do Exército nela localizada e que, conseqüentemente, dará as maiores facilidades para sua instalação.

Instalações importantes e que nos faltam mesmo para os dias de hoje são os campos de instrução. Conforme demonstramos há tem-

pos em artigo intitulado "Campos de Instrução — Uma necessidade vital para os Exércitos" publicado na Revista Militar Brasileira de 1962, o Exército se acha quase que totalmente desprovido de campos de instrução. Faz-se mister desde já separar áreas condignas para tal, mesmo porque mais cedo ou mais tarde também ingressaremos na era espacial e teremos necessidade de campos de lançamento e de queda de mísseis e foguetes transcontinentais. Pelo menos, a nosso ver, cada um dos quatro exércitos atuais necessita possuir um campo de instrução onde possa reunir e manobrar no mínimo um Corpo-de-Exército a quatro divisões juntamente com as unidades de serviço indispensáveis a seu apoio. Na área do I Exército ele ainda pode ser conseguido talvez em Minas Gerais; na do II Exército em Mato Grosso e na do IV Exército na Bahia, Piauí ou Maranhão. Para o III Exército parece-nos que mesmo no Paraná será difícil essa obtenção.

2. Um outro problema que nos vem à reflexão é o do uniforme de nossos soldados. Precisamos encontrar algo que elimine essa tão malfadada gola permanentemente aberta. E melhorar sua confecção. E até mesmo a qualidade da fazenda. Particularmente a confecção está deixando muito a desejar. Bolsos de tamanhos diferentes, um lado maior que o outro, cintura demasiado baixa ou alta (parece que de propósito só não fica na posição correta!), falta de arremate e outros pequenos senões. Queremos crer que uma das principais razões do rápido desgaste seja a falta de lavanderias nas unidades ou nas guardiões. As lavagens particulares devem ser feitas com excesso de dissolventes que não só dissolvem a sujeira como também a côr e a própria fazenda. E retirar o cinto de couro. Por que os pára-quedaistas se apresentam sempre tão bem fardados? Deixo a pergunta no ar.

3. Um terceiro problema é a ORDEM UNIDA. Quem, servindo no Quartel-General, se defronta com a guarda deslocando-se para render as sentinelas, fica chocado com o passo (?) de marcha. É um patear sem fim no mesmo lugar, sem cadência, sem harmonia, parecendo os soldados muito mais uns bonecos de engonços que realmente soldados rendendo uma guarda no Quartel-General do Exército. Por que isso? Para que mudar nossos tradicionais movimentos de ordem unida, simples, sem dúvida, porém nossos, consentâneos com nossa índole, semelhantes ao andar natural com um pouco mais de marcialidade surgida de uma batida no chão um pouco mais forte e um ritmo mais apurado? Urge retornar ao normal. Faz-se premente uma ordem nesse sentido proibindo introduções estranhas aos regulamentos e à tradição brasileira. E tradição nesses assuntos é de fundamental importância!

4. Já que falamos em regulamento, reflexionemos um pouco sobre eles. Os americanos publicam regulamentos aos montes e, além deles, as conhecidas "changes", isto é, alterações, que saem à medida das necessidades. Sem dúvida não podemos no nosso Exército tentar acompanhar as publicações americanas. Dêsse modo, parece-nos que nossos regulamentos deveriam ter um prazo mínimo de validade, digamos, por exemplo, cinco anos. Dentro dêsse prazo nenhuma modifi-

cação poderia ser feita no regulamento, qualquer que fôsse o órgão considerado, desde a Escola de Estado-Maior até o último grupo de combate da fronteira amazônica. Isso permitiria que se evitasse o problema com que constantemente nos defrontamos nas unidades, onde a cada nova turma vinda das escolas de formação ou de especialização e aperfeiçoamento surgem novos métodos de regulação, novas alterações na redação de ordem, etc. A coisa chega a tal ponto que as notas de aula de uma escola têm mais alterações que realmente o número de páginas originais! Permitiria ainda enorme economia no preparo de notas de aula, pois elas já estariam nos próprios regulamentos. Contou-nos um dos oficiais brasileiros que recentemente retornou do curso na Escola de Estado-Maior do Exército da Alemanha Ocidental que não recebeu uma só nota de aula, mas sim todos os regulamentos necessários sobre todos os assuntos do curso.

Caberia às escolas e unidades e mesmo aos militares individualmente propor as alterações que julgassem indispensáveis, encaminhando-as pelos canais normais até o Estado-Maior do Exército, que as reuniria para aprovação ou rejeição. Caso aprovadas, seriam incluídas na futura edição do regulamento. Talvez cinco anos seja pouco. Quem sabe oito a dez anos seriam melhores?

É evidente que isso não impediria que nas escolas, sob forma de palestras ou conferências, fôsse dado conhecimento de novidades surgidas mormente quando se recebe tantos regulamentos americanos e se lêem tantas revistas de assuntos militares. Mas isso não deverá ter forma de adoção nem poderá ser usado nos trabalhos escolares e na vida diária das unidades. Só é unicamente o que estiver nos regulamentos.

5. Nesta época de papel tão caro (com a instrução 270 praticamente dobrou de preço) boa economia poderá ser feita pelo Exército se reduzir as dimensões do papel tipo officio. Na maioria das vezes se o utiliza para simples encaminhamentos ou informações de poucas linhas, ficando sem utilidade quase metade, senão mais, da folha. A adoção do tamanho das folhas de alterações traria economia vultosa e, ademais, permitiria uma encadernação e guarda também mais econômicas. E mesmo os boletins internos poderiam ser com idênticas dimensões.

E finalmente, não uma reflexão mas uma sugestão. Existem no Rio de Janeiro duas unidades de guarda: os Dragões da Independência e o Batalhão de Guardas. Por que não se lhes dá a missão de guarda ao Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial? Permanentemente, quando couber ao Exército essa honra. E deverão fazê-lo envergando seus uniformes de gala, vistosos, tradicionais, bonitos. Seria mais um motivo de atração de visitantes ao Monumento, mais um motivo de atração ao Rio e mais um motivo de atração para o Exército. E sempre deverá existir junto com o pessoal quem possa dar informações sobre o histórico dos uniformes e das unidades, como já há quem possa dar sobre o próprio monumento.